

O ENSINO DA DIVERSIDADE DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

TEACHING GENDER DIVERSITY IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION

VICENTE, Keides Batista.

QUINAN, Juliana Maria Corallo.

RESUMO: Tendo como referência o conceito sexo/gênero de Rubin (2017), o presente artigo tem como objetivo elaborar procedimentos didáticos para a educação infantil com base nas compreensões teóricas e metodológicas sobre diversidade de gênero. Para isto em um primeiro momento será apresentado o debate histórico sobre o conceito de gênero e sua articulação social como padrão para os indivíduos com base no sexo biológico. Na sequência serão discutidos os argumentos teóricos sobre Educação para a diversidade de Gênero e o seu debate nas orientações para a educação infantil contidas no documento final da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Em um terceiro momento através de uma busca na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) com o descritor “diversidade de gênero” será possível verificar as contribuições da temática no campo da pesquisa e de propostas metodológicas para a educação. A partir de tais contribuições teóricas será possível articular as orientações didáticas sobre gênero para a educação infantil com jogos que problematizem as relações cotidianas como brincadeiras, cores, atividades, entre outras.

Palavras-chave: Sexo/Gênero, Diversidade, Educação infantil.

ABSTRACT: Based on Rubin's (2017) sex/gender concept, this article aims to develop didactic procedures for early childhood education based on theoretical and methodological understandings of gender diversity. For this, at first, the historical debate on the concept of gender and its social articulation as a standard for individuals based on biological sex will be presented. Following, the theoretical arguments on Education for Gender Diversity and its debate on the guidelines for early childhood education contained in the final document of the National Common Curricular Base (BNCC) will be discussed. In a third moment, through a search in the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD) with the descriptor “gender diversity”, it will be possible to verify the contributions of the theme in the field of research and methodological proposals for education. From such theoretical contributions, it will be possible to articulate the didactic guidelines on gender for early childhood education with games that problematize everyday relationships such as games, colors, activities, among others.

Keywords: Sex/Gender, Diversity, Child education.

INTRODUÇÃO

REVELLI, Vol. 14. 2022. Dossiê Cultura, Escola e Formação Humana: reflexões e interfaces com a educação.

ISSN 1984-6576.

E-202212

O presente artigo tem como objetivo elaborar procedimentos teóricos e didáticos para a educação infantil com base em Educação para a diversidade de gênero que permitam discutir as condições estabelecidas historicamente e impostas culturalmente a partir da relação sexo e gênero. E assim propor atividade didática pedagógica para alunos da educação infantil que visem romper padrões de gênero.

Tal proposta justifica-se por constatações históricas e socialmente concebidas como os altos índices de violência de gênero no Brasil¹; a sobrecarga de trabalho assumido por mulheres como o trabalho formal, o doméstico e o cuidado com a família; o salário desigual pago para as mulheres ao realizarem o mesmo trabalho do homem; a dificuldade de mulheres acessarem postos de trabalhos em virtude da maternidade ou a possibilidade dela.²

Outros aspectos somam aos já mencionados. Como uma organização social por sexo biológico no que refere as atividades no espaço privado, como as atividades domésticas e cuidados com filhos, desempenhados unicamente por mulheres; no espaço educacional as brincadeiras e atividades para meninos diferentes das destinadas para meninas; além de cores, roupas, atitudes e ações esperadas por definições de sexo biológico³.

Destarte os indicadores e observações citados demonstram a urgência em estudos e propostas educacionais que problematizem os lugares que as mulheres e os homens ocupam na sociedade. E como tais fundamentações sociais e culturais são carregadas de violência simbólica e física em várias fases da vida de um indivíduo desde a infância até a idade adulta.

No escopo teórico sobre a concepção de diferenças Piscitelli (2009) enfatiza que na perspectiva de análise dos papéis sexuais a autora Margaret Mead (1901-1978) aponta para o "caráter de construção cultural da diferença sexual". Neste aspecto ocorre através da

¹ Sobre o assunto ver: <https://www.geronumero.media/mapa-da-violencia-de-genero-mulheres-sao-quase-67-das-vitimas-de-agressao-fisica-no-brasil/>. Acessado em: 13 fev. 22

² Sobre o assunto ver: Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

³ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Em: Educação & Realidade, v. 20, n. 2, 1995, p. 71-99, 1995. Disponível em <https://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/71721/40667>. Acesso em 24 Dez. 2020.

socialização a "[...] incorporação das normas sociais relativas ao papel feminino e ao masculino" (PISCITELLI, 2009, p.130).

Isto é, a criança desde o seu nascimento recebe orientações sociais de acordo com o seu sexo biológico, como os brinquedos e o comportamento. Nesta perspectiva teórica, segundo a autora, as pessoas consideradas "desviantes" passaram por um "erro" no processo de socialização. E no caso de um menino que demonstra aspectos femininos e as meninas aspectos masculinos são considerados inapropriados. Estas normas de socialização estão no seio familiar e na escola, por exemplo, são impostas e incorporadas historicamente e até mesmo de forma imperceptível, alerta a autora.

Neste escopo teórico no ano de 1949 é publicado o célebre trabalho de Simone de Beauvoir (1908-1986), "O Segundo Sexo". Na obra a autora questiona os aspectos sociais que situava a mulher em lugar inferior em direitos e condições sociais. Para Piscitelli (2009) Beauvoir propunha que para retirar as mulheres desta condição seria necessário o combate aos elementos que impediam a autonomia feminina como

[...] a educação que preparava as meninas para agradar aos homens, para o casamento e a maternidade; o caráter opressivo do casamento para as mulheres, [...] era uma obrigação para se obter proteção e um lugar na sociedade; o fato da maternidade não ser livre, [...] que permitisse às mulheres escolherem se desejavam ou não ser mãe; a vigência de um duplo padrão de moralidade sexual, isto é, de normas diferenciadas que permitiam muito maior liberdade sexual aos homens; [...] a falta de trabalhos e profissões dignas e bem remuneradas que dessem oportunidade às mulheres de ter real independência econômica (p.131)

Os questionamentos de Beauvoir são direcionados ao suposto caráter natural da subordinação da mulher ser construída socialmente, deste modo a constatação é a de que pode ser modificado, e, conseqüentemente o espaço social por elas ocupado também poderia ser alterado.

Nesta perspectiva sobre a natureza e as causas da subordinação da mulher a antropóloga estadunidense Gayle Rubin, no ensaio *O tráfico de mulheres: Notas sobre a economia política do sexto*, publicado em 1975, elaborou um conceito que denominou sistema sexo/gênero.

Segundo Rubin (2017, p.19)

[...] toda sociedade tem formas sistemáticas de tratar do sexo, do gênero e dos bebês. Esses sistemas podem ser sexualmente igualitários, pelo menos em teoria, ou podem ser “estratificados de acordo com o gênero”, o que parece ser o caso na maioria ou mesmo em todos os exemplos de que temos conhecimento.

Posto isto, segundo a autora, é necessário compreender a distinção entre a capacidade e necessidade que a humanidade possui de criar o que ela define como “mundo sexual” e também de articular as “maneiras empíricas opressivas” que determinam como os mundos sexuais devem ser organizados.

Assim, Rubin (2017, p.11), define conceitualmente a vida social que reside o processo de opressão das mulheres e das minorias sexuais como “sistema de sexo/gênero”: Para a autora o sistema de sexo/gênero “[...] consiste em uma série de arranjos por meio dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, nos quais essas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas”

Nestes aspectos teóricos aqui apresentados o presente artigo utilizará como categoria para compreensão das relações das produções humanas, com base nas relações entre sexualidade biológica e atividade humana, o conceito “sexo/gênero” analisado por Rubin (2017).

Deste modo o presente artigo está organizado em três sessões. A primeira refere-se ao referencial teórico sobre o conceito de Educação para a diversidade de Gênero e a articulação com a BNCC para a educação infantil. Seguido pela metodologia de pesquisa que se refere ao levantamento na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações com vias para o debate científico e metodológico sobre orientações didáticas para a Educação Infantil na perspectiva de gênero. Por fim, será possível a elaboração de orientações didáticas que permitam discutir as condições estabelecidas historicamente e impostas culturalmente a partir da relação sexo e gênero.

2- Educação para a diversidade de Gênero.

Com base nas concepções teóricas de Margaret Mead (1901-1978) e Simone de Beauvoir (1908-1986) compreende-se que a condição biológica constrói e impõe uma realidade social, cultural e política, pois ela se estrutura em vários contextos e tempos históricos, e se fortalece em sistemas econômicos, religiosos e culturais.

Ente os vários espaços que a distinção de gênero se intensiva e reafirma está o espaço escolar. Segundo Duarte (2015, p.13)

[...] desde o início do século XX, a escola passa a desempenhar um papel importante na construção de critérios explicitadores dos comportamentos sociais desejável, a partir do estudo de Anatomia, ficando a sexualidade reduzida ao conhecimento dos sistemas reprodutores, cujo discurso científico-biológico comumente é utilizado na discussão da sexualidade com estudantes no cotidiano escolar, abordando essa temática de forma maniqueísta e superficial [...]

Posto isto, a escola através de suas práticas, evidenciam regulamentações e disciplinamento. A autora pondera que a escola é o elemento fundamental para construir, mas também para dismantelar mecanismos de dominação como é o caso da masculina e heteronormativa.

Compreender o conceito de diversidade de gênero e educação é perceber também como se constrói uma organização concreta e simbólica da vida em sociedade e principalmente, as conexões de poder nas relações entre os sexos.

Nestes aspectos segundo Torrão Filho (2005, p.139)

Mas a diferenciação entre os sexos pressupõe a definição do que são as características que formam a identidade do masculino e do feminino. Não apenas as mulheres aprendem a ser femininas e submissas, e são controladas nisto, mas também os homens são vigiados na manutenção de sua masculinidade.

Assim tem-se uma construção social e cultural que termina ações sobre o ser mulher, mas também o sobre ser homem. E com isso afirmações para ações físicas, morais e psicológicas de forma dicotômicas, como força e fragilidade, confiança e timidez, entre outras.

2.1 - BNCC para a educação infantil.

REVELLI, Vol. 14. 2022. Dossiê Cultura, Escola e Formação Humana: reflexões e interfaces com a educação.

ISSN 1984-6576.

E-202212

No ano de 2017 a Base Nacional Comum Curricular - BNCC é apresentada como um documento oficial que define os direitos e objetivos de aprendizagens para a educação básica. O referido documento tem como fundamentação as orientações apresentadas na Constituição Federal- CF (BRASIL, 1988), na Leis de Diretrizes e Bases da educação - LDB (BRASIL, 1996), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - DCNEI (BRASIL, 2009), Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica - DCNEB (BRASIL, 2010) e o Plano Nacional de Educação PNE (BRASIL, 2014).

A Base Nacional Comum Curricular para a Educação infantil estabelece seis direitos de aprendizagem: conviver; brincar; participar; explorar; expressar e conhecer-se. No documento também é estabelecido cinco campos de experiência, eu, o outro e o nós; corpo, gestos e movimentos; traços, sons, cores e formas; escuta, fala, pensamento e imaginação; espaço, tempo, quantidades, relações e transformações.

No que se refere aos campos de experiência estes são articulados aos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento e estão divididos em três grupos etários: Bebês (Zero a 6 meses), crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses) e crianças pequenas (4 anos e 5 anos e 11 meses).

O referido documento foi analisado por pesquisadores e professores em vários aspectos, como políticas educacionais, currículo, entre outros. Aqui apresenta-se as análises sobre a BNCC e suas determinações para a Educação Infantil.

Nestes aspectos para os autores Barbosa, Silveira e Soares (2019, p. 85) o documento

[...]Trata-se de uma versão que, de um lado, delega às instituições, ou melhor, aos gestores e professores a determinação de todo conhecimento a ser posto à disposição das crianças. Por outro lado, de modo contraditório, acredita-se que estas tendem a “assimilar naturalmente” o que está indicado ou aparentemente potencializado na ação que a própria criança desenvolve, sendo considerada agente de seu próprio desenvolvimento.

No que se refere aos direitos de aprendizagem os autores enfatizam que ao delegar a instituição escolar a formação do conhecimento do aluno desconsidera que o indivíduo é constituído de forma dialética em diferentes dimensões como a humana social, cultural e

política possíveis em um ambiente democrático. Assim, os autores reafirmam que as crianças e suas famílias são interlocutores e protagonistas da organização do trabalho pedagógico, como os professores e gestores.

Soma-se a esta questão o fato de que ao retirar os direitos sociais dos fundamentos da BNCC e substituir por "direitos de aprendizagem" ocorre um distanciamento das noções de garantias fundamentais como à vida digna, à moradia, à saúde, à boa alimentação, ao lazer, entre outros.

Sobre os campos de experiência a BNCC apresenta, segundo os autores, uma visão instrumental de forma a organizar o que a criança deve aprender e como controlar o trabalho docente. Como exemplo citam a identificação dos campos de experiência e objetivos de aprendizagem por códigos alfanuméricos, que são considerados indicadores para o controle do processo de ensino, o que pode ser reconhecido através das avaliações objetivas destinadas para as crianças e para cada professor, o que pode ser delimitado sobre o que alcançou na aprendizagem individual, mas também sobre o que o professor conseguiu ensinar. A conclusão dos autores é a de que este processo favorece o desaparecimento da avaliação de contexto, bem como das interações entre as crianças e seus interlocutores.

Outro fator elencado pelos autores é a delimitação dos campos de experiência, objetivos de aprendizagem e desenvolvimento em grupos etários

[..]. o fato de destituir as crianças de menos idade, do nascimento aos 18 meses, do estatuto de "criança", classificando-as como "bebês", não tem uma justificativa epistemológica plausível, podendo essa divisão favorecer uma discriminação no atendimento daquelas, a ponto de, ao invés de tratá-las com o devido cuidado, interpretá-las como ser com menor capacidade ou menos ativos, o que não é absolutamente verdade. Denominar crianças de 19 meses a 3 anos e 11 meses como "mais pequenas" e as de 4 anos a 5 anos e 11 meses de "pequenas", não corresponde ao que elas de fato são, já que não podem ser analisadas pelo tamanho, em escala. Além disso, as crianças de seis anos ficaram de fora dessa classificação. (BARBOSA, SILVEIRA E SOARES, 2019, p.85-6)

Compreende-se, com base nas análises dos autores, que a proposta é um risco político, principalmente no que se refere a luta pelo direito a educação de todas as crianças

de zero a seis anos, essencialmente atendidas em instituições integradas e com o tempo integral de ensino, que segundo os autores é imprescindível que seja assumida pelos sistemas educacionais e não apenas pela assistência social. O que garante também o direito dos alunos de serem recebidos por professores com formação teórica sólida e conscientes dos significados sócio-históricas das instituições educacionais.

Nestes aspectos segundo Barbosa, Silveira e Soares (2019) a BNCC para a Educação Infantil padroniza e alinha as práticas e, conseqüentemente, a formação inicial e continuada dos professores. O que pode ser compreendido na proposição do documento no que se refere ao controle do trabalho educativo, abrindo brechas para testes e medidas de larga escala visando medir as capacidades infantis, o que os autores alertam para ações que reafirmem a opressão e exclusão das crianças e suas famílias, especificamente as de baixa renda.

Sobre a divisão rígida das idades os autores manifestam preocupações com o fortalecimento do biologicismo na educação infantil, como o retorno da concepção de etapas de aprendizagem e de desenvolvimento, levando à sequenciação de conteúdos e objetivos.

Com base no que foi exposto os autores defendem a construção de um projeto educacional humanizador, justo e democrático para crianças de zero até seis anos de idade com professores com formação inicial e continuada, e que o trabalho docente aconteça de forma integrada sem cindir a creche e a pré-escola. E que o acesso à educação pelos alunos, aconteça em centros integrados e em tempo integral, garantindo assim o exercício pleno da infância cidadã, determinada na Constituição Federal do Brasil.

3. Metodologia de Pesquisa

3.1 Pesquisa na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações

A Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações BDTD - <http://bdtd.ibict.br/> , é uma plataforma digital coordenada pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - <http://www.ibict.br/>. A plataforma foi desenvolvida na esfera do programa de Biblioteca Digital Brasileira, e tem como objetivo

[...] integrar, em um só portal, os sistemas de informação de teses e

dissertações existentes no país, de forma a permitir consultas simultâneas e unificadas aos conteúdos informacionais destes acervos assim como disponibilizar em todo o mundo, via Internet, o catálogo nacional de teses e dissertações em texto integral, também acessível via Networked Digital Library of Theses and Dissertation (NDLTD) - <http://www.ndltd.org/> (BLATTMANN e SANTOS, 2009, p.04)

A consulta nesta plataforma para a escrita deste artigo justifica-se por sua forte contribuição a pesquisa no Brasil, isto, pois viabiliza o acesso aberto a um volume significativo de recursos digitais das pesquisas realizadas em programas de pós-graduação em âmbito nacional, mestrado e doutorado. Atualmente a plataforma possui em seu banco de dados um total de 127 instituições cadastradas, dispondo em seu acervo 489.083 dissertações e 175.8881 teses.

Soma-se a esta justificativa a utilização da plataforma como recurso de pesquisas no Brasil e também em países de língua portuguesa. O que pode ser comprovado nos dados apresentados por Gomes e Segundo (2017, p.3)

[...] de acordo com medições obtidas desde de outubro de 2016 por meio do Google Analytics, ocorrem em média 7 mil consultas diárias ao sistema de busca, sendo que 90% deste montante é realizado por indivíduos que estão em território nacional. Segunda, terceira e quarta posição são ocupadas respectivamente por Portugal, com 3,2%, Moçambique, com 2%, e Angola com 0,78% dos acessos.

A pesquisa ao acervo é realizada através da digitação de descritores que podem ser acessados por título, autor e assunto em todos os campos. Ou em busca avançada por título, autor, assunto, resumo em português e em inglês, editor e ano de defesa. Deste modo cabe as bibliotecas universitárias a organização e disponibilização das dissertações e teses, e ao Programa de Pós-graduação, através dos docentes e discentes, organizar o texto de forma que garanta o acesso as informações claras como palavras-chaves, títulos, resumos em português e inglês, ano de defesa, dados sobre autores, orientadores e área de conhecimento, por exemplo.

Posto isto, para a presente pesquisa utilizou-se o descritor “diversidade de gênero” e ano de defesa entre 2016 a 2022, obteve-se então 119 resultados, sendo 88 dissertações e 31

teses. Com interesse na área de conhecimento em Educação a BDTD apresentou entre os seus resultados 04 dissertações: duas estão descritas como Área de conhecimento *Ciências Humanas: Educação* e outras duas em *CNPQ: Ciências Humanas Educação*. Encontrou-se 03 teses na Área de conhecimento *Ciências Humanas: Educação*.

A primeira dissertação cadastrada como Área de conhecimento: *Ciência Humanas: educação* foi desenvolvida por Joel Cavalcante intitulada *Análise da "Ideologia de Gênero" no Plano Municipal de Educação de João Pessoa (2015-2025)*, defendida no ano de 2017 no Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Paraíba. A pesquisa teve como objetivo analisar as discussões sobre a diversidade sexual no processo de construção e aprovação do Plano Municipal de Educação de João Pessoa. Para isto em um primeiro momento o autor buscou fundamentar os Direitos Humanos em uma perspectiva contra hegemônica e intercultural, e assim contribuir para o respeito às diversidades de gêneros e sexual. Na sequência analisou os embates entre setores fundamentais e aliados com as forças políticas e o governo federal no que se refere as políticas educacionais relativos à diversidade de gênero e sexual. Por fim, buscou-se compreender os contextos discursivos sobre o conceito de "ideologia de gênero" na construção do Plano Municipal de Educação de João Pessoa. O resultado da pesquisa, segundo o autor, comprova o que denomina de "[...] alianças entre os segmentos fundamentalistas e partidos políticos numa direção distinta e antagônica à CONAE". (p. 09)

A segunda pesquisa cadastrada na referida área é a dissertação de Carlos André Araújo Menezes, intitulada *Rasgando uniformes e descosturando normas de gênero no espaço escolar*, defendida em 2017 no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. O autor analisa a expressão corporal de estudantes gays e lésbicas no espaço escolar, e busca compreendê-las como criação de uma comunicação verbal e não verbal. Para isto em um primeiro momento o autor analisa os obstáculos encontrados no percurso de escolarização dos alunos, na sequência verifica os indícios de desestabilização às normas de gênero tendo como referência a presença dos alunos no Colégio Estadual Dr. Antônio Garcia Filho, e por último identifica como suas existências na educação básica desencadearam em mudanças curriculares e modos de fazer e de se viver o gênero na escola. Com a pesquisa o autor conclui que "[...] os resultados apontam para a necessidade de que a escola atual, aquela e outras,

promovam processos educativos menos excludentes e mais inclusivos, que abracem a diferença" (p. 9)

Na área de conhecimento *CNPQ: Ciências Humanas Educação* a primeira pesquisa encontrada foi a de Marcos Felipe Gonçalves Maia. O autor defendeu no ano de 2017 a dissertação intitulada *Discurso midiático da ideologia de gênero e sua ressonância nos planos estadual e municipais de educação no Tocantins*. A pesquisa foi realizada no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Tocantins, tendo como objetivo compreender os significados da expressão "ideologia de gênero" recorrente nos discursos, motivos e/ou justificativas que foram manifestadas em jornais regionais no formato online e de circulação no estado de Tocantins para a supressão das questões de sexualidade e de gênero dos planos municipais e estadual de educação. Maia (2017) cita que após uma pesquisa no Jornal do Tocantins, T1 Notícias e JN Notícia é possível agrupar dez noções subsunçoras para a compreensão da expressão "ideologia de gênero" explicadas com base na compreensão religiosa, sexual, familiar e moral. Ao final Maia (2017, p.9) conclui com a pesquisa que a utilização da expressão "ideologia de gênero" é utilizada com "[...] a intenção de criação de um Estado Teocrático no Brasil em especial pela tomada da Educação como um campo de disputa e de formação desta sociedade..."

A segunda pesquisa na referida área de conhecimento não era combatível com o objetivo do presente artigo, "diversidade de gênero" referia-se a literatura.

No que se refere às teses que compõem o banco de dados da plataforma digital três são da *Área de Conhecimento: Ciências Humanas: Educação*. A primeira intitulada *Gênero, educação em sexualidade e formação docente: descortinando o curso de Educação Física da Universidade Federal de Sergipe*, foi desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, no ano de 2016. A pesquisa teve como objetivo analisar as experiências de professores e alunos concluintes do curso de Ed. Física da Universidade Federal de Sergipe sobre a abordagem das diferenças e sobre a importância das discussões sobre as temáticas de gênero e sexualidade na formação docente. Ao final o autor concluiu que "[...] as temáticas sobre diversidade de gênero e sexualidade são conhecimentos necessários e imprescindíveis na formação docentes, no intuito de minimizar preconceito,

discriminação e tabu na sociedade", porém, "[...] as discussões sobre tais temáticas ainda são negligenciadas no curso de Licenciatura do DEF/UFS [...]"p. 12

Na sequência a segunda tese encontrada no banco de dados foi realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal da Paraíba intitulada *As construções discursivas de identidades no território do facebook e as políticas educacionais de diversidade*, realizada pela pesquisadora Patrícia Guedes Corrêa Gondim e defendida no ano de 2017. O objetivo da pesquisa é analisar a construção discursiva de identidades na rede social digital Facebook em contraste com princípios das políticas educacionais de diversidade. A pesquisadora conclui que "políticas educacionais de diversidade engendram formas de regulação que coadunam para a conformação dos sujeitos e das instituições escolares adequadas aos interesses do Estado Neoliberal" e deste modo "[...] os discursos indenitários no Facebook forjam caminhos diferentes ao trazerem à tona a voz da resistência e o olhar para as diferenças das minorias sociais, sobretudo, em relação à diversidade de gênero, sexual e religiosa" (p. 13)

A terceira tese foi defendida por Osvany da Costa Gundim Cardoso intitulada *Gênero e etnia: o que os documentos oficiais revelam sobre educação e diversidade*, foi defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, no ano de 2018. O objetivo da pesquisa é analisar os documentos oficiais da educação brasileira, de 1990 a 2015, ao que tange os sentidos atribuídos à diversidade de gênero e étnico-racial e seus impactos nos projetos políticos pedagógicos da Educação Básica. Em um primeiro momento o autor analisa o projeto político proposto pelo Banco Mundial e dos organismos internacionais para as políticas educacionais em relação a diversidade. Na sequência o autor analisa a exposição dos conceitos de gênero, raça e etnia nas Conferências Internacionais de 1990 e 2015. Por fim, o autor analisa os fundamentos econômicos, políticos e socioculturais que definem os princípios da formulação e implementação das políticas de diversidade. Ao final da pesquisa Cardoso (2018, p.10) afirma que "[...] a legislação educacional brasileira tenta atender a algumas metas impostas pelo Banco Mundial, deixando, porém, a desejar em relação às reivindicações dos movimentos sociais organizados...

Já na Área de conhecimento: *CNPQ: Ciências Humanas Educação* não foi encontrado trabalhos correspondentes ao descritor.

Está disponível na plataforma digital um número significativo de teses e dissertações com o descritor “diversidade de gênero” que foram realizadas em diversas áreas de conhecimento, como Ciências sociais aplicadas, Linguística, Letras e Artes, Ciências da Saúde, Ciências biológicas entre outras. O que demonstra uma diversidade de interesses e abordagens por áreas de conhecimento além da Educação. Porém as pesquisas encontradas na Área de Educação e que figuram a presente análise datam dos anos 2016, 2017 e 2018, mesmo a pesquisa na plataforma tendo o recorte de 2016 a 2022. Informações que levam para outros questionamentos sobre um possível “apagão” nas pesquisas com o tema “diversidade de gênero” após o ano de 2018. Questões para uma próxima investigação.

3.2 - Procedimentos e orientações didáticas para a Educação Infantil na perspectiva de gênero.

As pesquisas encontradas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações BDTD apresentadas neste artigo demonstram a necessidade e urgência no debate sobre relações de gênero na área de conhecimento Educação. Isto ao que tange os estudos sobre práticas pedagógicas, currículo, políticas ou teorias educacionais.

Posto isto, considerando as análises dos autores Barbosa, Silveira e Soares (2019) sobre a BNCC para a educação infantil propõe-se aqui procedimentos e orientações didáticas para a educação infantil em uma perspectiva contra hegemônica, principalmente por ter em todo documento só dois momentos que o termo “diversidade de gênero” é citado. Primeiro no item 5.1.2.1 Língua portuguesa no Ensino Médio: campos de atualização social, competências e habilidades, subitem Parâmetros para a organização/progressão curriculares no texto “Considerar a diversidade de gêneros escritos orais e multissemióticos ao longo dos três anos nas práticas de leitura, escuta e produção propostas” (BRASIL, 2018, p.516)

E o segundo momento no subitem Campo jornalístico-midiático “Considerar a diversidade de gêneros escritos, orais e multimodais ao logo dos três anos, buscamos o equilíbrio entre os informativos, argumentativos e aplicativos, entre os mais complexos (documentos, reportagem multimidiática, ensaio etc.) e os menos complexos”. (BRASIL, 2018,

p. 519)

Nesta perspectiva de emergência do enfoque teórico e didático sobre o conceito sexo/gênero para a educação infantil propõe-se jogos que problematizem as relações cotidianas como brincadeiras, cores, atividades, entre outras. A escolha por tal enfoque justifica-se com base nas análises de Pasqualini e Abrantes (2013, p. 17)

A necessidade que engendra a atividade de jogo relaciona-se justamente ao fato de que a criança se percebe criança no mundo adulto e se depara a todo tempo com as negativas do mundo social, visto a impossibilidade objetiva de desempenhar funções adultas na realidade concreta. A despeito das restrições práticas, os pequenos se orientam predominantemente para o adulto, cujas ações lhe servem de referência, em decorrência da ampliação do círculo de objetos humanos a que têm acesso e da tarefa que se impõe em assimilar objetos e ações de maior complexidade. Isso só pode ser realizado pela mediação do adulto, que passa a desempenhar a função de modelo de atuação para a criança.

Mas é fundamental compreender o conceito de jogo e sua utilização na Educação Infantil, isto é, como instrumento didático e como mera recreação. Nestes aspectos segundo os autores Marcolino, Barros e Mello (2014, p.103)

Essa ideia de utilizar o jogo como instrumento didático não é nova e sustenta-se na análise psicológica de que a motivação para o jogo - atividade que a criança realiza porque a natureza infantil é dada à não seriedade característica do jogo - é o prazer (Brougère, 1995). Por isso, propõe-se utilizar o jogo como recurso de ensino - um meio de seduzir a criança para aprender conteúdos sérios.

Destarte os autores analisam o significado do jogo também com recreação, assim

[...] o jogo protagonizado como recreação tampouco corresponde a uma organização pedagógica que possibilite o desenvolvimento do papel. Essa forma de compreender o jogo parte da ideia de que o jogo tem conteúdo fútil. Ainda assim, é necessário na Educação Infantil, para que as crianças descansem e retomem o fôlego para o trabalho com os conteúdos verdadeiramente sérios (MARCOLINO, BARROS E MELLO, 2014 p. 103)

Tendo como referência a compreensão do jogo como atividade didática os autores Marcolino, Barros e Mello (2014), com base nas análises de Elkonin, acrescentam que a atividade é compreendida como uma nova posição social da criança, isto é, como ela pode ser inserida na sociedade através de uma atividade compreendida como útil. Assim através do jogo a criança reconstrói esferas da vida adulta que lhes são inacessíveis como o "[...] uso dos objetos, as relações sociais e suas regras, que eram aprendidos pela criança no interior da atividade produtiva, serão agora aprendidos no jogo protagonizado que acontece no coletivo de crianças" (MARCOLINO, BARROS E MELLO, 2014 p. 98)

Nestes aspectos compreende-se que as atividades adultas são reconstituídas por meio de objeto lúdico que substituem os reais e de uma ação especial que os autores definem como ação lúdica. Nesta relação com objetos e na perspectiva da criança se perceber no mundo adulto ela se depara com as negativas do mundo social, isto devido a impossibilidade objetiva de desempenhar funções adultas na realidade concreta. Mas a ela é possível, através da mediação do adulto, que lhe servem de referência, apontar possíveis soluções ou problematizar relações.

Com base nas considerações teóricas sobre jogo como atividade didática apresenta-se neste artigo orientações para a realização de uma proposta denominada “jogo protagonizado”. Assim é possível à criança protagonizar papéis sociais, e através de ações lúdicas interpretar papéis adultos e reproduzir relações sociais, para isto é empregados objetos que cumprem uma realidade simbólica, isto é, representa uma possível realidade e permite relações entre as próprias crianças.

4 Resultados e discussões

4.1 - Orientações didáticas sobre gênero

Tema: Diversidade de gênero e o cotidiano doméstico.

Faixa etária: crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses).

REVELLI, Vol. 14. 2022. Dossiê Cultura, Escola e Formação Humana: reflexões e interfaces com a educação.

ISSN 1984-6576.

E-202212

Campos de experiência: “eu, o outro e o nós”

Objetivos de aprendizagem e desenvolvimento – BNCC Educação Infantil

(EI03EO01) Demonstrar empatia pelos outros, percebendo que as pessoas têm diferentes sentimentos, necessidades e maneiras de pensar e agir.

(EI03EO03) Ampliar as relações interpessoais, desenvolvendo atitudes de participação e cooperação.

(EI03EO05) Demonstrar valorização das características de seu corpo e respeitar as características dos outros (crianças e adultos) com os quais convive.

Três momentos destinados a brincadeira: no início, meio e ao final da intervenção, visando avaliar o desenrolar do enredo lúdico.

Objetivo geral: Propostas pedagógicas encadeadas com a finalidade de enriquecer o universo simbólico das crianças a respeito da diversidade de gênero no cotidiano doméstico.

Objetivos específicos:

- Compreender o espaço do cotidiano doméstico como a materialização de relações de organização social por sexo/gênero e propor atividades com enredo lúdico que se aproxima do vivenciado pelas crianças;
- Analisar as atividades do cotidiano doméstico propondo aos alunos protagonizar jogos que visibilizem a ação de forma comprometida e igualitária.

Material didático: brinquedos que representam os objetos utilizados no espaço doméstico e que estão relacionados a ele: fogão, panelas, talheres, pratos, jogos de chá, ferro e tábua de passar, bonecas, baldes, materiais de limpeza (vassoura e rodo), entre outros.

Jogo: brinquedos e tarefas são para todos.

Primeiro momento:

enriquecer o universo simbólico das crianças a respeito da diversidade de gênero no cotidiano doméstico já viram em casa.

Neste momento da proposta os alunos serão levados a pensar no “Eu”, suas decisões serão consideradas como importante e poderão se manifestar em relação com o que conhece nas suas relações cotidianas. Tornando assim protagonista no jogo.

Segundo momento:

Os alunos poderão brincar com os objetos e até mesmo atribuir outros significados de acordo com seu protagonismo. Neste momento o professor irá orientá-los sobre as ações e funções que cada objeto possui no espaço doméstico. Os alunos serão convidados a realizar tarefas atribuídas aos objetos e poderão narrar experiências vivenciadas no espaço familiar.

Neste momento da proposta os alunos serão levados a pensar no “Eu” e suas relações com o “Outro”. Eles serão direcionados a pensar na função dos objetos em grupos de utilização. Como exemplo a alimentação com o jogão, as panelas, os talheres e pratos. A limpeza como a vassoura, o balde e o rodo. Os cuidados com as roupas com o ferro e a tábua de passar. Os cuidados com as crianças com as bonecas e suas roupas e demais utensílios.

No decorrer do jogo o professor direcionará perguntas como: Se você deixou cair leite no chão o que deve ser feito? Quem deve se responsabilizar pela limpeza da sujeira que você causou? Se sua roupa está suja o que deve ser feito? Se você sujou a roupa quem deve lava-la e passá-la? Se você está com fome o que você deve fazer: chorar ou preparar a sua alimentação? Quando o bebê chora com fome quem deverá cuidar dele?

Neste momento o professor deverá explicar o conteúdo didático proposto com informações sobre as brincadeiras e os brinquedos serem utilizados por todos, sem distinção. Que as cores são lindas e todos podem usá-las. Que as atividades domésticas devem ser realizadas por todos de acordo com a necessidade. E, também que não há uma atividade/trabalho que deve ser só realizado pela mulher ou só pelo homem, que todos devem cuidar da organização da casa, como por exemplo, o preparo da alimentação, a limpeza da casa, os cuidados com as roupas e com as crianças.

Terceiro momento:

Os alunos irão utilizar os objetos para desenvolver o jogo sem orientação direta do professor, mas com os significados já atribuídos pelo que a criança já conhece e o que foi apreendido com as orientações da professora.

Quarto momento: avaliação:

Segundo Brigatto (2022) é possível analisar o jogo em categorias:

- Descentralização cognitivo - superação dos limites individuais e a necessidade de participação de outras crianças.
- Brincadeira individual versus brincadeira coletiva - desenvolvimento das temáticas e sobre os papéis sociais desenvolvidos.
- Regras - no papel social existem regras de conduta que a criança deve se apropriar.
- Conduta autoregulada - ao representar um papel a criança compara o modelo de conduta contido no seu próprio papel e no seu comportamento.
- Substitutivo lúdico como ferramenta de abstração - a transformação do objeto em brinquedo.
- Evolução do papel na brincadeira.
- Intervenção direta e indireta na brincadeira - intervenção indireta são as ações pedagógicas relacionadas a temática, e a direta foram no momento da brincadeira, a organização do espaço e a conversa entre os professores e os alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso da pesquisa na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) com o descritor “diversidade de gênero” demonstra uma preocupação na área de conhecimento em Educação, principalmente nas relações do tema com o cotidiano da escola e suas relações com discentes e docentes. Mas os dados apontam para um possível “apagão” no debate após o ano de 2018, o que pode ser justificado pela redução do orçamento destinado para

REVELLI, Vol. 14. 2022. Dossiê Cultura, Escola e Formação Humana: reflexões e interfaces com a educação.

ISSN 1984-6576.

E-202212

os Programas de Pós-Graduação, como a diminuição do número de bolsas de pesquisas e a não atualização de valores das bolsas já concedidas. Ou ainda por um avanço do discurso conservador e o retrocesso nas políticas educacionais para a diversidade de gênero, étnica e racial. Outros aspectos podem estar relacionados ao primeiro como a implantação da BNCC em 2017 e as reformas no Ensino Médio no mesmo ano.

Um segundo momento da presente pesquisa refere-se às análises sobre a BNCC para a Educação Infantil, que demonstra a partir da avaliação dos autores Barbosa, Silveira e Soares (2019) o alinhamento com o discurso neoliberal das reformas educacionais em curso no Brasil após os anos de 1990 e intensificadas após o ano de 2016. E com isso a descaracterização da educação na concepção de direitos fundamentais definidos na Constituição Federal (1988).

Nesta perspectiva de avanço do discurso conservador e das reformas neoliberais os temas sobre diversidade étnica, racial e de gênero são diretamente descaracterizados e até mesmo excluídos dos documentos oficiais. No que se refere o conceito de “diversidade de gênero” a BNCC não possui referência, o tema é tratado no campo de conhecimento de linguagens e não de direitos.

Posto isto, a proposta de orientação didática sobre gênero aqui apresentada mostra-se em uma perspectiva contra hegemônica. Pois utiliza a concepção de jogo como instrumento didático e os “Objetivos de aprendizagem e desenvolvimento” elencados na BNCC para a Educação Infantil para discutir, problematizar e desconstruir a noção cultural da diferença sexual, que são elaborados a partir de papéis sexuais construídos através da socialização.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, I. G., Martins Silveira, T. A. T., & Soares, M. A. (2019). A BNCC da Educação Infantil e suas contradições: regulação versus autonomia. *Retratos Da Escola*, 13(25), 77–90. <https://doi.org/10.22420/rde.v13i25.979>

BLATTMANN, Ursula e SANTOS, Raimundo Nonato Macedo dos. Acesso e uso de tecnologias em teses e dissertações: o caso BDTD. In: Congresso da Associação Internacional para a Pesquisa Intercultural (ARIC) - Diálogos Interculturais: descolonizando o saber e o poder, , 12., 2009, Florianópolis. ARIC 2009: Diálogos Interculturais: descolonizar o saber e o

REVELLI, Vol. 14. 2022. Dossiê Cultura, Escola e Formação Humana: reflexões e interfaces com a educação.

ISSN 1984-6576.

E-202212

poder, 2009. Disponível em: <https://attena.ufpe.br/handle/123456789/10085>. Acessado em 14 fev de 2022.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL/MEC. Base Nacional Comum da Formação dos Professores da Educação Básica. BRASÍLIA, 2018. Disponível em: HTTP://PORTAL.MEC.GOV.BR/INDEX.PHP?OPTION=COM_DOCMAN&VIEW=DOW_NLOAD&ALIAS=105091-BNC-FORMACAO-DE-PROFESSORES-V0&CATEGORY_SLUG=DEZEMBRO-2018-PDF&ITEMID=30192 . Acesso em: 04 de junho de 2019.

BRIGATTO, FERNANDA. Pedagogia Histórico-crítica e educação infantil: escola, currículo e a formação crítica. Aula 04 Pedagogia Histórico-crítica e educação infantil. YOUTUBE, 21 DE MAR. 2022. Disponível em: <HTTPS://WWW.YOUTUBE.COM/WATCH?V=OQ3XO78RHSU> Acesso em: 31 de mar de 2022.

CARDOSO, Osvany da Costa Gundim. Gênero e etnia: o que os documentos oficiais revelam sobre a educação e diversidade. 2018. 145 fl. Tese(Programa de Pós-Graduação STRICTO SENSU em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia-GO. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/4037> Acessado em 20 de abr 2022.

CAVALCANTE, Joel Martins. Análise da "Ideologia de Gênero" no Plano Municipal de Educação de João Pessoa (2015-2025). 2017. 207 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9764> . Acessado em 20 de abr 2022.

COLLING, Ana Maria. Gênero e História. Um diálogo possível?. Contexto e Educação - Editora UNIJUÍ - Ano 19 - nº 71/72 - Jan. / Dez . 2004 - P. 29 – 43.

DUARTE, Maria Leuca Teixeira. Escola: lugar político da diversidade sexual e de gênero. 2015. 231f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/20759>. Acessado em: 14 out 2021.

GOMES, Gabriel Lima; CARVALHO SEGUNDO, Washington Luís R. de. Estudo para integração entre a Plataforma Lattes a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e o Banco de Teses e Dissertações da Capes. RECIIS - Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde, Rio de Janeiro, v. 11, p. 1-5, nov. 2017.

REVELLI, Vol. 14. 2022. Dossiê Cultura, Escola e Formação Humana: reflexões e interfaces com a educação.
ISSN 1984-6576.
E-202212

GONDIM, Patrícia Guedes Corrêa. As construções discursivas de identidades no território do facebook e as políticas educacionais de diversidade. 2017. 257 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9902> . Acessado em 20 de abr 2022

MARCOLINO, S., BARROS, F. C. O. M. e MELLO, S. A. A teoria do jogo de Elkonin e a educação infantil. *Psicologia Escolar e Educacional* [online]. 2014, v. 18, n. 1, pp. 97-104. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/yPJRxRsQfQtcNGMBKPGG8ym/?lang=pt> . Acesso em 30 mar 2022.

MENEZES, Carlos André Araújo. Rasgando uniformes e descosturando normas de gênero no espaço escolar. 2019. 89 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2019. Disponível em: <http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/11404> . Acessado em 20 de abr 2022.

PASQUALIN, J. C., & ABRANTES, A. A. (2013). Forma e conteúdo do ensino na educação infantil: o papel do jogo protagonizado e as contribuições da literatura infantil. *Germinal: Marxismo E educação Em Debate*, 5(2), 13–24. <https://doi.org/10.9771/gmed.v5i2.9696>

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. Em: ALMEIDA, Heloísa Buarque de & SZWAKO, José Eduardo (Org.). *Diferenças, igualdade*. São Paulo: Berleandis & Vertecchia, 2009.

RUBIN, Gayle. Tráfico de mulheres: notas sobre a ‘economia política’ do sexo, In: *Políticas do sexo*. Trad. DIAS, Jamile Pinheiro. São Paulo: Ubu, 2017.

SANTOS, Luciano Rodrigues dos. Gênero, educação em sexualidade e formação docente : descortinando o curso de Educação Física da Universidade Federal de Sergipe. 2016. 255 f. Tese (Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/4594> . Acessado em 20 de abr 2022

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Em: *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, 1995, p. 71-99, 1995. Disponível em <https://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/71721/40667>. Acesso em 24 Dez. 2020.

TORRÃO FILHO, Amílcar. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. *cadernos pagu* (24), janeiro-junho de 2005, pp.127-152. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/9qWCTLfW8Qvr9bTspS9dSsd/?lang=pt&format=pdf> Acesso em 15 out 2021.

REVELLI, Vol. 14. 2022. Dossiê Cultura, Escola e Formação Humana: reflexões e interfaces com a educação.

ISSN 1984-6576.

E-202212

REVELLI, Vol. 14. 2022. Dossiê Cultura, Escola e Formação Humana: reflexões e interfaces
com a educação.

ISSN 1984-6576.

E-202212